

ESCOLA INCLUSIVA: BARREIRAS E DESAFIOS

Ana Abadia dos Santos MENDONÇA¹
Universidade de Uberaba - UNIUBE

Resumo

A Educação Inclusiva está cada dia mais presente nas escolas regulares fazendo com que professores e demais profissionais da educação não se sentem preparados para exercê-la, enquanto pais e/ou responsáveis por crianças com deficiências exercendo o direito de matricular seus filhos nestas unidades escolares. Os objetivos deste estudo estão relacionados às barreiras e os desafios que impedem que uma criança com deficiência seja escolarizada, suas características, os modos como eles se manifestam e as pessoas envolvidas. Estes obstáculos podem ser de atitudes frente às crianças com deficiências ou seus pais, à própria escolarização, de ordem arquitetônica/acessibilidade, pedagógicas e comunicacionais e os impactos dos mesmos na vida escolar destes alunos. Para isso usamos a pesquisa bibliográfica com estudo de vários pesquisadores do assunto onde discutimos suas ideias e enfoques. As Barreiras acontecem no âmbito escolar e também na família. Esta por sua vez, julgam seus filhos incapazes de frequentar uma escola regular, achando-os incapazes de aprender. A escola regular, na sua maioria, não possui os requisitos necessários para fazer o seu papel de levar conhecimento para as crianças com deficiências. Faltam profissionais capacitados, acessibilidade no seu ambiente físico, professores com um grau de entendimento capaz de aceitar estes alunos na sala de aula no ensino regular, dentre outros entraves. O resultado dimensiona para a importância do processo de inclusão das pessoas com deficiência, o qual depende de ampla concretização principalmente no plano dos fatos, em reconhecimento e respeito às diferenças e a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Barreiras. Processo Educativo. Crianças com Deficiência.

Introdução

Estamos vivendo em um mundo de grandes transformações. Transformações estas que vão acontecendo em todos os segmentos da sociedade. A todo o momento nos deparamos com novas tecnologias, novos conceitos de sociedade, de escola, de pais, de filhos, de alunos, de professores, de educação, dentre outros. As constantes mudanças na área educacional exigem do atual sistema um repensar da formação do indivíduo.

¹ Mestranda em Educação. Universidade De Uberaba – UNIUBE. ana_abadia@yahoo.com.br.

A escola foi, é e sempre será o espaço mais explorado do ser humano, depois do ambiente familiar. Em muitos casos, talvez seja em igualdade de exploração. Ela sempre foi aberta a pessoas que tivessem um nível de intelectualidade capaz de aprender e se sobressair para a sociedade. Assim sendo as pessoas com deficiências não frequentaram a escola regular, sendo incluídas nas escolas de cunho terapêutico ou especial. Carvalho (2006, p. 60) afirma que o desafio do milênio é conscientizar a sociedade de que as limitações impostas pelas diversas manifestações de deficiências não devem ser confundidas com impedimentos.

Vários foram os movimentos que mobilizaram o mundo para que a escola regular fosse inclusiva. Marcadamente, a Declaração de Salamanca (1994) o sentido de inclusão é legalmente assegurado, pois propõe que:

As autoridades da educação comum são responsáveis pela educação de pessoas com deficiências em ambientes integrados. Elas devem garantir que educação de pessoas com deficiência seja uma parte integrante do planejamento educacional nacional, do desenvolvimento do currículo e da organização escolar (UNESCO, 1994, p. 2).

A inclusão de pessoas com deficiências na escola regular é alvo de discussões, mesmo que esta decisão esteja resguardada em várias legislações mundiais e no Brasil, ainda se encontra explícita na LDBEN/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), especialmente no Capítulo V, Artigos 58 e 59.

A Educação Inclusiva é uma modalidade de educação que desafia educadores, pais, alunos com deficiências e demais profissionais ligados à educação. Ela desafia a escola a ensinar a todos, adequando-se diante das necessidades de seu alunado, de forma que não só favoreça a permanência destes, mas colabora efetivamente para que a aprendizagem se efetive com qualidade, num ambiente escolar regular onde não há diferenças.

Segundo Martins (2008), a educação inclusiva desafia a escola a modificar-se de modo a atuar de acordo com as necessidades do alunado, buscando qualidade na educação de todos. A escola inclusiva busca a educação de qualidade não apenas para pessoas com deficiência. Combate a exclusão das mais diversas formas.

Todas as crianças, independentes da faixa etária e nível de escolarização têm direito a educação regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394/96) prevê no Capítulo V – Da Educação Especial no parágrafo 3º, que “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL, 1996). Tal educação deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A educação infantil é de fundamental importância para as crianças com deficiências, uma vez que nela que acontece a socialização, abre espaço para o respeito à individualidade do outro e o convívio com as crianças “normais” facilita o desenvolvimento físico, social e cognitivo.

Numa educação inclusiva pretende antes de tudo eliminar barreiras que de alguma forma impedem que o aluno incluído permaneça na sala de aula regular com propostas concretas de aprendizagem e socialmente ajustado tanto no ambiente escolar como fora dele.

A Educação Inclusiva parte do propósito de que todos os alunos devem estar na escola regular, sem deixar ninguém para trás (MANTOAN, 2006, p. 16).

A inclusão é uma provocação, cuja intensão é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassem em suas salas de aula (MANTOAN, 2006, p. 16).

Mittler por sua vez, afirma que:

A Inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidades de escolha e de autodeterminação. Em educação, isso significa ouvir e valorizar o que a criança tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos. (MITTER, 200, p. 17)

Gil enfoca que:

A Escola Inclusiva respeita e valoriza todos os alunos, cada um com a sua característica individual e é a base da Sociedade para Todos, que acolhe todos os cidadãos e se modifica, para garantir que os direitos de todos sejam respeitados (GIL, 2005, p. 16).

É inegável que a educação inclusiva propicia vantagens para todas as crianças da sala de aula regular. Todos aprendem de acordo com suas perspectivas cognitivas, com orientações recebidas pelos professores inclusivos, com o foco na aprendizagem, na individualidade de cada um, independente de ter esta ou aquela deficiência, pertencer a certa idade cronológica, estar apto ou não para estar com as crianças “normais”. O convívio com outras crianças motiva todos, sem exceção, a comportamentos de solidariedade, uma vez que as crianças se ajudam mutuamente, em atitudes de respeito às diferenças, valorização da diversidade e defesa dos direitos sociais e humanos, também das pessoas com deficiência, ela será o próprio reflexo de uma sociedade inclusiva. Podemos certificar disso em documentos que expressam claramente.

A Declaração de Salamanca partiu do seguinte pressuposto:

As escolas regulares com orientação para a educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (UNESCO, p. 9).

Ainda, segundo a Declaração de Salamanca.

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos seus estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades (UNESCO, p. 11).

Este documento diz que, ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas proveem um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso dessas escolas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais da escola, mas também por parte de colegas, pais, famílias e voluntários.

Há muitos obstáculos ou barreiras que impedem o ingresso e a permanência de alunos com deficiências nas escolas regulares, sejam elas públicas ou privadas. Estas barreiras favorecem o isolamento destes alunos no seio da família, não lhes oportunizando o direito constitucional de igualdade como cidadão, de pertencer e participar de atividades escolares juntamente com outras crianças na escola regular, segregando-os na maioria das vezes em escolas especiais.

No tocante aos obstáculos que emperram a aprendizagem, as crianças com deficiências não devem ser observadas no que revelam com relação aos problemas e distúrbios de aprendizagem, mas sim ter o olhar para o contexto onde foram criadas.

Merch argumenta:

O paradigma da inclusão reconhece em primeiro lugar a especificidade do sujeito e não a sua deficiência. Além disso, ele dá um passo a mais ao perceber que não se encontram no sujeito os rumos do seu processo de desenvolvimento, mas no contexto social em que ele é colocado (MERCH, 2002, p. 12).

A sociedade ao mesmo tempo em que formula normas para amenizar as diferenças, também faz a estigmatização que determinado grupo não pertence às normas sociais vigentes. Estas, porém, podem ser modificadas, uma vez que são mutáveis, tendo como consequência a perda da identidade. O medo diante do fracasso ou do sucesso em respeitar essas normas encontra-se ligado diretamente à integridade psicológica do indivíduo desde os primórdios da sociedade e desde então à discriminação das pessoas com deficiências. Houve sempre maneiras de segregá-lo, colocando-as bem longe dos olhos e do convívio das pessoas “normais”.

1 Barreiras

1.1 Atitudinais

Amaral (1998) conceitua Barreiras Atitudinais; “são anteparos nas relações entre duas pessoas, onde uma tem uma predisposição desfavorável em relação à outra, por ser esta significativamente diferente, em especial quanto às condições preconizadas como ideais” (p. 17).

Assim as atitudes fundamentam-se em preconceitos, estereótipos que produzem a discriminação. Além dos preconceitos, referem-se aos medos e ao desconhecimento em como agir adequadamente diante da pessoa com deficiência.

Ferreira (2006) classifica a discriminação contra pessoas com deficiências em:

- Discriminação visível: o ato se manifesta de forma explícita.
- Discriminação velada: superproteção (baixa crença no potencial da pessoa com deficiência, por exemplo).
- Discriminação negativa: quando se dá um tratamento diferenciado visando menosprezar uma pessoa ou um grupo social, impedindo sua participação social em condições de igualdade ou provocando constrangimento.
- Discriminação positiva: objetiva equiparar as oportunidades do sujeito da garantindo sua igualdade de direitos.

Por outro lado, vários estudos mostram o quanto a discriminação aos alunos com deficiência ainda está presente de forma intensa, FERREIRA (2006).

CARVALHO, 2007, p. 77 “As barreiras atitudinais não se removem com determinações superiores. Dependem de reestruturações perceptivas e afetivo-emocionais que interfiram nas predisposições de cada um de nós, em relação à alteridade”.

Constituem barreiras atitudinais na escola aquelas que se apresentam na forma de:

- Ignorância: desconhecer a potencialidade do aluno com deficiência.
- Medo: ter receio de receber a um aluno com deficiência.
- Rejeição: recusar-se a interagir com a pessoa com deficiência.
- Percepção de menos-valia: avaliação depreciativa da capacidade, sentimento de que o aluno com deficiência não poderá ou só poderá em parte.
- Inferioridade: acreditar que o aluno com deficiência não acompanhará os demais.
- Piedade: sentir-se pesaroso e ter atitudes protetoras em relação ao aluno com deficiência.
- Adoração do herói: considerar um aluno como sendo "especial", "excepcional" ou "extraordinário", simplesmente por superar uma deficiência ou por fazer uma atividade escolar qualquer.

- Exaltação do modelo: usar a imagem do estudante com deficiência como modelo de persistência e coragem diante os demais.
- Percepção de incapacidade intelectual: evitar a matrícula dos alunos com deficiência na instituição escolar, não deixando que eles demonstrem suas habilidades e competências.
- Efeito de propagação (ou expansão): supor que a deficiência de um aluno afeta negativamente outros sentidos, habilidades ou traços da personalidade.
- Estereótipos: pensar no aluno com deficiência comparando-o com outros com mesma deficiência, construindo generalizações positivas e/ou negativas sobre as pessoas com deficiência.
- Compensação: acreditar que os alunos com deficiência devem ser compensados de alguma forma minimizando a intensidade das atividades pedagógicas.
- Negação: desconsiderar as deficiências do aluno como dificuldades na aprendizagem.
- Substantivação da deficiência: referir-se à falta de uma parte ou sentido da pessoa como se a parte "faltante" fosse o todo
- Comparação: comparar os alunos com e sem deficiência, salientando aquilo que o aluno com deficiência ainda não alcançou em relação ao aluno sem deficiência, colocando este em posição superior ao primeiro.
- Atitude de segregação: acreditar que os alunos com deficiência só poderão conviver com os de sua mesma faixa etária até um dado momento e que, para sua escolarização, elas deverão ser encaminhadas à escola especial, com profissionais especializados.
- Adjetivação: classificar a pessoa com deficiência como "lenta", "agressiva", "dócil", "difícil", "aluno-problema", "deficiente mental", etc.
- Particularização: afirmar, de maneira restritiva, que o aluno com deficiência está progredindo à sua maneira, do seu jeito, etc.
- Baixa expectativa: acreditar que os alunos com deficiência devem realizar apenas atividades mecânicas, exercícios repetitivos; prever que o aluno com deficiência não conseguirá interagir numa sala regular.
- Generalização: generalizar aspectos positivos ou negativos de um aluno com deficiência em relação a outro com a mesma deficiência, imaginando que ambos terão os mesmos avanços, dificuldades e habilidades no processo educacional.
- Padronização: fazer comentários sobre o desenvolvimento dos alunos, agrupando-os em torno da deficiência; conduzir os alunos com deficiência às atividades mais simples, de baixa habilidade, ajustando os padrões.

- Assistencialismo e superproteção: impedir que os alunos com deficiência experimentem suas próprias estratégias de aprendizagem, temendo que eles fracassem; não deixar que os alunos com deficiência explorem os espaços físicos da escola, por medo que se machuquem.

1. 2 Arquitetônicas/Acessibilidade

Em dezembro de 2000, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou a Lei 10.098, a qual estabelece normas para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Trata-se de normas gerais, bem como de critérios para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A lei define acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação.

Gil (2006) afirma que as principais barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam são os preconceitos, a discriminação e os ambientes sem acessibilidade, visto que estes foram criados a partir da concepção idealizada de uma pessoa normal, do homem perfeito.

De acordo com Gil (2006), antes a acessibilidade estava voltada para a eliminação de barreiras, como a construção de rampas, embora estas sejam sempre fundamentais. Rampas precisam levar a escolas, centros de saúde, teatros, cinemas, museus, shows. Hoje, contudo, a acessibilidade atinge outras esferas do fazer humano; assim, existe a acessibilidade na educação, no trabalho, lazer, cultura, esportes, informação, internet.

Acessibilidade compõe o conceito de cidadania, no qual os indivíduos têm direitos assegurados por lei que devem ser respeitados, entretanto, muitos destes direitos esbarram em barreiras arquitetônicas e sociais (MANZINI et al., 2003). Um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos os usuários (BITTENCOURT et al., 2004). Isto nos remete também a ônibus e vans adaptados com elevadores, garantindo assim o direito de ir e vir de todos.

Barreiras arquitetônicas têm sido definidas como obstáculos construídos no meio urbano ou nos edifícios, que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas que sofrem de alguma incapacidade transitória ou permanente (EMMEL; CASTRO, 2003). Estas se caracterizam por obstáculos aos acessos internos ou externos existentes em edificações de uso público ou privado.

A escola regular não tem sido adaptada para receber as crianças com deficiências, na sua maioria física, que depende deste aporte para que possa fazer parte da comunidade escolar. A falta de banheiros adaptados, ausência de rampas para cadeirantes e pessoas com

mobilidade reduzida, escadas sem corrimões, maçanetas de portas roliças, portas de salas de aula com pouco espaço para passar uma cadeira de rodas (1,10 m), degrau de saída de porta acima do permitido (1 cm), corredores estreitos, pouca luminosidade, dentre outras.

1.3 Comunicacionais

Dentre as barreiras que impedem a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, podemos certificar que as barreiras comunicacionais são obstáculos bastante significativos, uma vez que as pessoas com baixa ou nenhuma visão e com surdez também tem o direito garantido pela LDB e pela Constituição Federal, de estar matriculado e gozar dos benefícios da escola como todos os alunos não deficientes, ou com outras deficiências.

Os obstáculos comunicacionais se referem à adequação de códigos e sinais às necessidades especiais, como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para as pessoas surdas e o Braille que os cegos utilizam para a escrita e leitura.

Barreiras de comunicação e de acesso à informação geram consequências no processo de inserção, uma vez que o avanço deste aluno em seus estudos, ou a descrença e a inviabilidade deste avanço nesta turma e escola, podem ficar subordinados aos resultados dos contatos com o ambiente escolar e do que se imagina serem facilidades e ajudas oferecidas às pessoas com deficiência.

A Lei n. 10.098 de 2000 no seu artigo 17 estabelece que:

“o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldades de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.”

No cenário educacional, defende-se aqui que, no caso das pessoas com dificuldades na comunicação, é importante que esse respeito à diversidade configure-se, principalmente, com uma prática pedagógica que possibilite o processo de aprendizagem e desenvolvimento para todos (com dificuldades de comunicação ou não).

Discutindo a acessibilidade comunicacional, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em Nova Iorque 2006 e promulgada pelo Decreto Legislativo n. 197 de 2009, amplia a noção de comunicação, afirmando que esta abrange:

[...] as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de

comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação (art. 2. Definições).

Percebe-se que a Convenção de Nova Iorque coloca no mesmo patamar a linguagem com as outras formas de comunicação, usando além da escrita, a música, a sonora, ampliando a noção de letramento tradicional no sentido de completar com o avanço da tecnologia que favorece a circulação de textos de diversos gêneros e de diferentes modalidades de comunicação: verbal, visual e sonora.

1.4 Pedagógicas

Podemos dizer que estas barreiras estão diretamente ligadas com as barreiras atitudinais, pois inclui metodologia para a adequação das aulas ministradas pelo professor, como a adequação de técnicas, teorias e métodos para o sucesso da aprendizagem de todos os alunos. Isso porque, segundo Ainscow (1997), para uma educação que compreenda as dificuldades de cada aluno faz-se necessária a utilização do melhor recurso, o aluno.

De acordo com Martins (2009) e Carvalho (2004), é preciso, entre outras, tomar algumas providências referentes a:

a) Adequação curricular:

A inclusão de alunos com deficiência na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos. De acordo com o MEC (2001), essas adaptações curriculares realizam-se em três níveis:

* Adaptações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focar principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual.

* Adaptações relativas ao currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para sala de aula.

* Adaptações individualizadas do currículo, que focam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno.

A adaptação curricular deve compreender, além dos métodos, também os recursos e técnicas que podem ser utilizadas para melhorar as condições de aprendizagem do alunado. Isso porque “um currículo acessível proporciona para todos os alunos, sem exceção, oportunidades para participar totalmente das atividades e para experienciar o sucesso, sendo um fundamento essencial para a inclusão” (MITLLER, 2003, p.158).

b) Capacitação de professores e reflexão da prática

Embora a adaptação curricular seja imprescindível para que a educação inclusiva aconteça, é imprescindível que professores e demais profissionais da escola ligados à aprendizagem destes alunos se empenhem em capacitarem para um melhor acompanhamento das relações pedagógicas na sala de aula da escola regular, pois é importante que todos tenham uma educação de qualidade. Existem professores sem o devido preparo para atuar com estes alunos na educação inclusiva.

Sobre esse tema, Ribas afirma que:

Professores que não tem o devido preparo não sabem avaliar características diferenciadas em alunos diferenciados. Aprendem e transmitem os conteúdos de suas disciplinas como se tivesse na sala de aula uma coletividade uniforme de alunos idênticos (RIBAS, 2007, p. 95).

Professores se justificam o não dar conta de exercer sua função dentro de uma sala de aula regular com uma criança com deficiência devido ao despreparo que não lhes foram oferecida no momento inicial de sua carreira ou no processo contínuo com cursos de formação continuada.

Carvalho afirma que isto acontece, porque:

[...] professores alegam (com toda razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade (CARVALHO, 2004, p. 27).

Fica claro que para a formação do professor, deve-se investir em formação inicial para a educação inclusiva e ao longo de sua carreira, atualizar-se sempre em cursos de formação continuada. Só assim estaremos dando um passo em direção ao atendimento de crianças com deficiências na sala de aula da escola regular.

c) Recursos materiais:

Inúmeros professores reclamam sobre a carência ou o estado de conservação de recursos para uma boa aula (CARVALHO, 2000). De acordo com Melo (2008, p.53), “[...] temos que desmistificar a ideia existente de que todos os alunos com deficiência precisam de métodos e recursos pedagógicos adaptados para poder desenvolver o seu processo de ensino-aprendizagem”.

d) Trabalho conjunto com os pais:

A escola tem melhorado sua relação com a família e isto tem refletido nos resultados do processo de aprendizagem de todos os alunos da escola pois “[...] não podemos esquecer que as crianças e suas famílias são protagonistas do projeto educativo” (BRASIL, 2006, p.62).

Embora esse processo exija tempo e demande um planejamento de ações coerente com a realidade das famílias, de acordo com Mitller:

“Uma verdadeira parceria, como em qualquer relação próxima, implica respeito mútuo baseado em uma vontade para aprender com o outro, uma sensação de propósito comum, um compartilhamento de informação e alguns acrescentariam, um compartilhamento de sentimentos” (MITLLER, 2003, p. 2013).

A parceria da escola com os pais é de fundamental importância para o sucesso da aprendizagem dos alunos. Eles deverão ser incentivados a participar de reuniões, dando sugestões para a melhoria da qualidade do ensino de seus filhos e devem ser orientados a acompanhar as atividades que deverão ser realizadas em casa, pois delas também dependem o sucesso da aprendizagem na escola.

Considerações Finais

Os obstáculos enfrentados pela escola regular no que se refere à Educação Inclusiva são alvos de muitas discussões. Eles estão presentes em todas as unidades educacionais e merecem atenção no sentido de terem suporte para enfrentá-los. Não basta seguir a legislação se não existe pessoal preparado para tal. É importante que todos tomem consciência que a escola não é mais a de antes. Temos alunos de todos os níveis de aprendizagem e cada dia mais as crianças com deficiências estão sendo matriculadas e merecem atenção de toda a equipe administrativa e pedagógica da escola.

Preparar arquitetonicamente não basta, é urgente conscientizar professores que toda escola regular deve ser inclusiva e para tanto, eles devem estar preparados para tal, eliminando o máximo as barreiras atitudinais, que prejudicam o bom relacionamento com o aluno, adaptar sempre o currículo, começando com a extinção das barreiras comunicacionais, porque a partir delas a comunicação entre professores e alunos se tornará mais eficaz, dando a importância devida aos recursos didáticos existentes, tendo sempre a parceria dos pais ou responsáveis como coadjuvantes do processo de ensino aprendizagem de todos os alunos.

Referências

AINSCOW, Mel; PORTER, Gordon; WANG, Margaret. **Caminhos para as escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

AMARAL, Ligia Assumpção. **Sobre crocodilos e avestruzes**. In: AQUINO, J. Diferenças e preconceitos na escola. SP: Sumus, 1998.

BITTENCOURT, Leonardo Salazar. et al. Acessibilidade e Cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiência física. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, 2, Belo Horizonte, 2004. Anais. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/educonl/arquivos/anais/congresso>>. Acesso em: 3 jun. 2008.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. V.1. MEC, SEB: 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2009.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria da Educação Especial**. Brasília: MEC, 2001. <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 20 de jul. 2013.

_____. **Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2000. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L10098.htm>>. Acesso em: 18 de jul. 2013.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004, 175 p.

_____. **Removendo barreiras de aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

EMMEL, Maria Luiza. G; CASTRO, Celinda Barbosa de. **Barreiras arquitetônicas no campus universitário: o caso da UFSCAR**. In: MARQUEZINI, M. C. et al.. (Org.). Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Londrina: Uel, 2003. p.177-183. (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial. v.9).

GLAT, Rosana. **Questões atuais em educação - A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, 1995.

GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal: tudo a ver**. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil.php>>. Acesso em: 15 jul.2013.

GIL, Marta; MARESMAN, Sérgio. **Sinalizando a Saúde para Todos: HIV/AIDS e Pessoas com deficiência**. 2006. Disponível em: http://www.caade.mg.gov.br/sistema/detalhenoticia.asp?Cod_Assunto=2&Seq_Noticia=1&Data_Noticia=02/072013.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006, 64p.

MANZINI, Eduardo José; CORRÊIA, Priscila Moreira. **Acessibilidade em ambiente Universitário:** identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas. In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Londrina: Uel, 2003. p. 185-192 (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial, v. 9).

MARQUEZINI, Maria Cristina et al. (Org.). **Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.** Londrina: Uel, 2003. p.185-192 (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial, v. 9).

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Aspectos históricos da educação de pessoas com deficiência:** da marginalização à busca pela educação inclusiva. Natal: EDUFRN, 2009.

_____. et al (Orgs.). **Políticas e práticas educacionais inclusivas.** Natal, RN: EDUFRN, 2008.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira. **Atendimento educacional do aluno com paralisia cerebral:** a ética e a organização da escola regular. In.: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (org). Escola inclusiva: pesquisa, reflexões e desafios. João Pessoa: Ideia, 2008. p. 19 - 59.

MERCH, Leni Magalhães. **Educação inclusiva:** realidade ou utopia? Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br> Acesso em 01/07/2013.

MITLLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

_____. **Educação Inclusiva.** Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência:** as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2007.

SASSAKI, Romeu K. **Vida Independente:** história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais,** Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994. 49 p.